



CONSELHO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO DE MOCOCA - CME

---

Reunião 14 de junho de 2022.

Local: CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

**REUNIÃO PARA DISCUSSÕES SOBRE ATENDIMENTOS AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) E ATENDIMENTOS MULTIDISCIPLINARES PARA APOIO ÀS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO.**

Aos 14 dias do mês de junho reuniram-se os membros do Conselho Municipal, abaixo relacionados, e os representantes de instituições (lista anexa) para discutir os problemas e possíveis ideias para ampliação e qualificação da situação dos atendimentos multidisciplinares e atendimentos de AEE para apoio às dificuldades das crianças e adolescentes do município. Seguem as discussões realizadas:- A representante do CMDCA, (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), Leonara Codogno, citou que após o fechamento da escola Recriando, muitas crianças e adolescentes - principalmente as que não são público alvo da educação especial, mas que apresentam necessidades de atendimentos multidisciplinares - estão sem atendimento. APAE consegue atender somente a demanda de casos mais graves, mas recebe inúmeras solicitações de diferentes necessidades que não cabem a esta Instituição. - Os atendimentos de AEE (Atendimento Educacional Especializado) são insuficientes para demanda. A representante do Conselho Tutelar, Juliana M C Silva, colocou que foi encaminhado para judiciário esta insuficiência de atendimento, citando que poucas crianças e adolescentes estão sendo atendidos, principalmente após os tempos mais graves da pandemia COVID 19. A representante das escolas estaduais, Josiene M V Soares, colocou a dificuldade geral e já crônica do atendimento do município. Citou que em reunião direta com poder Executivo logo no início da gestão, expôs o problema. Citou que muitas crianças da rede municipal infantil chegam à escola fundamental sem atendimento ou com histórico de dependência de cuidadores, o que muitas vezes impacta em dificuldades na ampliação da autonomia necessária nesta etapa de ensino. Citou que na rede estadual, há a contratação de cuidadores somente para crianças que são público alvo da educação especial, de acordo com a legislação. Cita que atualmente sua escola

se depara com crianças com 10 para 11 anos sem qualquer histórico de atendimento, sem qualquer acompanhamento anterior. Esta questão gera muita dificuldade a todos, principalmente para a criança, que não é atendida a tempo, o que na maioria das vezes, agrava seus problemas. Citou que um ambulatório com atividades multidisciplinares seria urgente tendo em vista o número de crianças em idade já avançada sem qualquer atendimento. Há uma procrastinação crônica quanto a organização do atendimento. Citou que o CME como órgão deliberativo pode cobrar do legislativo inclusive que haja um projeto de lei para tal questão. Kátia M Beloti representante do CME, citou que o Conselho Municipal já vem discutindo o assunto desde que foi convidado pelo CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente) e que há muita demanda de natureza diversa, problemas diferentes que geram atendimentos diferentes e que a presente reunião, proposta pelo CME, visa um movimento de união de diferentes instituições e Conselhos municipais para tentar organizar a questão. Laura F S R Marcelino, representante do CME e escolas municipais, colocou que há três diferentes desafios a serem enfrentados: o primeiro o necessário conhecimento de todos sobre o que é o AEE de acordo com a legislação: essa questão nortearia um mapa de necessidades de acordo com orientação legal e reorganizaria situações que ocorrem como, por exemplo, a revisão de cuidadores para crianças que não necessitam deste serviço e a prática do professor de AEE nas escolas. Há ainda, muita confusão, na prática quanto à natureza legal deste serviço. Em segundo lugar há a ineficiência de atendimento ambulatorial multidisciplinar em saúde: a demanda nunca é suprida, conforme já havia sido citado. Em terceiro lugar, há lacuna na formação docente e do corpo administrativo escolar em geral sobre a política de inclusão brasileira. A rede municipal em parceria com a UNICAMP - via Laboratório LEPPED - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença - vem propondo, desde ano anterior, formação com público docente e administrativo das escolas, mas há ainda muito que caminhar na prática, tanto em ordem conceitual como funcional. O representante da FATEC Mococa, Adriano D Carvalho, citou que haverá uma formação específica em agosto sobre Educação Especial e informará meios para acessá-la. Citou que ser uma discussão muito necessária, já que recebe alunos com necessidades especiais com potencialidades não valorizadas anteriormente, o que atrasa uma melhor situação de vida. Citou também que enfrenta a descrença da própria família quanto à potencialidade do aluno e que se isso fosse trabalhado com antecedência seria positivo para todos. Kátia M Beloti, lembrou que o AEE é um atendimento que ocorre no contraturno, que dá recursos para os alunos mediante suas necessidades, não sendo atendimento pedagógico, não sendo, portanto, reforço escolar. Esta questão ainda é muito confusa na prática. Lucimara Mesquita, coordenadora da educação especial do Departamento de Educação - cita serem necessários protocolos municipais que orientem as escolas frente às diferentes demandas de atendimento, do que fazer frente a

cada caso. É preciso clareza dos serviços disponíveis e os meios para acessá-los. Não existe um protocolo para uma primeira avaliação. Tudo recai sobre a APAE e sobre o Ambulatório Infantil (localizado no PPA) que possui número mínimo de funcionários e, portanto insuficientes à demanda. Sobre a Lei 13.935, dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, citou que será de grande ajuda na primeira triagem, mas, lembrou que a natureza deste serviço é institucional, e, portanto, não inclui atendimentos individualizados, o que não resolveria o problema apontado nesta reunião. Cynthia T Honorato, representante do Departamento de Educação, citou que o mesmo vem se preocupando com as questões desta reunião e que há muitas discussões em andamento. Citou que a troca de Diretor da Saúde, que acarreta tempo de conhecimento das situações deste departamento, somado à necessidade de aprovações de cargos para os serviços especializados em saúde, atrasam a prática, mas não podem ser ignorados porque traduzem a realidade. Citou que o Centro de atendimento multidisciplinar que seria montado em prédio específico foi barrado pela promotoria devido ao fato de acarretar problemas com o transporte de crianças, e de acordo com orientação da promotoria, os serviços devem ser localizados de forma distribuída nos prédios de serviço à saúde nos bairros, estando mais próximos ao público. Márcia Giglio, representante do CMDCA, citou ser necessária a união de todos, Conselho Municipal de Educação, Conselho Tutelar Conselho Assistência Social, Conselho de saúde, Departamento de Educação e Departamento de Saúde para resolver o problema e citou que seria interesse os representantes destes marcar uma reunião diretamente com o Executivo para a exposição dos fatos. Cynthia T. Honorato propôs marcar uma reunião com os representantes dos conselhos e os representantes dos Departamento de Saúde e Educação para traçar ações mais diretas. Marcela Baptistela dos Santos, representante das ETCs, propôs realizar um levantamento nas unidades escolares do município quanto às necessidades de atendimento que mapeie numericamente toda a demanda municipal antes desta reunião, para apresentar a argumentação e nortear as ações conforme as necessidades. Kátia solicitou que nesta reunião com a saúde terá que sair um protocolo, um direcionamento sobre as funções das instituições bem como orientações para primeiras triagens. E que os esforços deverão iniciar sobre os atendimentos multidisciplinares em saúde, fato apontado como mais urgente por todos. Após as discussões ficou acertado que: Cynthia T. Honorato marcará a referida reunião para o dia 30 de junho. O CME (Laura F S R Marcelino) elaborará ofício solicitando às unidades escolares o mapeamento numérico das necessidades e enviará ao Departamento de Educação, que encaminhará e controlará entrega das respostas pelas unidades escolares. O ofício será encaminhado dia 15 de junho de 2022 e entregue pelas escolas até o dia 27 de junho. Será realizada uma tabulação pelo - CME Departamento de Educação - das necessidades enviadas pelas escolas, que

será o documento base para a reunião no dia 30 de junho. Nada mais havendo a tratar, eu, Laura Fernanda de Souza Rocha Marcelino, lavro esta ata.

KÁTIA M BELOTI

MARCIA HELENA BORA ALVES

JULIANA MC SILVA

MÁRCIA ANGELITA LIMA TOSCANO GUERRA